

FAMÍLIA

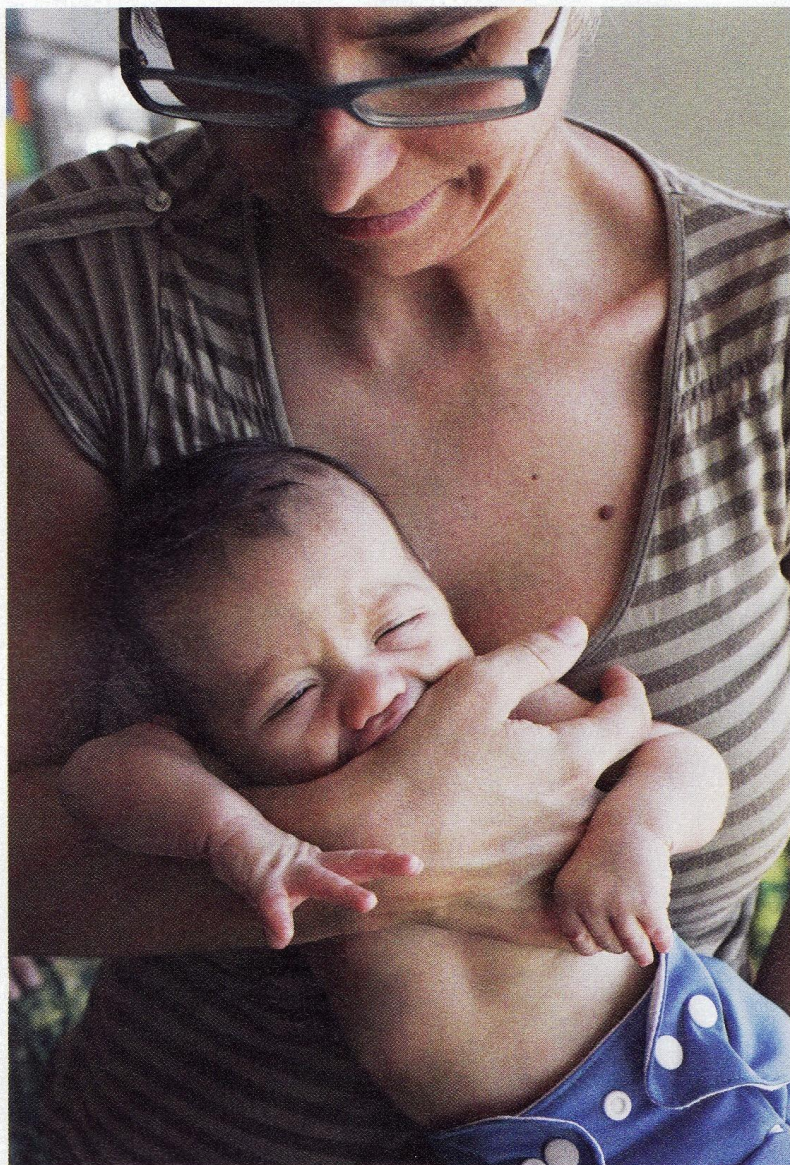
MÃE HÁ SÓ DUAS

Os homossexuais vivem, pela primeira vez, com os mesmos direitos conjugais que os casais heterossexuais. Mas ainda reclamam a equidade de ter filhos em comum. Impossibilitadas de o fazer em Portugal, há cada vez mais mulheres lésbicas a atravessar a fronteira para engravidar por inseminação artificial

POR GABRIELA LOURENÇO TEXTO E JOSÉ CARLOS CARVALHO FOTOS

A três Mariana Martins deu à luz Matias, agora com dois meses, e não percebe porque pode ter tudo em comum com Marta Morgado, sua mulher, menos o filho que ambas planearam





À entrada do apartamento do bairro lisboeta de Campo de Ourique, há uma inscrição em inglês que diz: «Bem-vindo ao nosso pedaço de paraíso». O choro de Matias, com dois meses, parece não perturbar a paz da casa de Mariana Martins, 37 anos, e Marta Morgado, 36. Nem a cadela *Luan-da* tem estranhado aquele bebé que agora acorda as donas durante a noite e as faz passar os dias entre biberões e fraldas. Com o mesmo à vontade, Matias aconcheja-se num colo e no outro. Tem duas mães, orgulhosas do filho que conseguiram ter já um ano depois de se casarem uma com a outra, no civil – mas não escondem o descontentamento por apenas uma delas ser reconhecida como tal.

«A Marta é tão mãe como eu. Neste momento, a única diferença é que posso dar de mamar e ela não. Mas um pai também não dá de mamar, não é? O Matias não tem o sangue dela, mas os filhos adotivos também não têm e não são menos filhos por isso», afirma Mariana, a mãe que deu à luz o bebé e a única com direitos legais

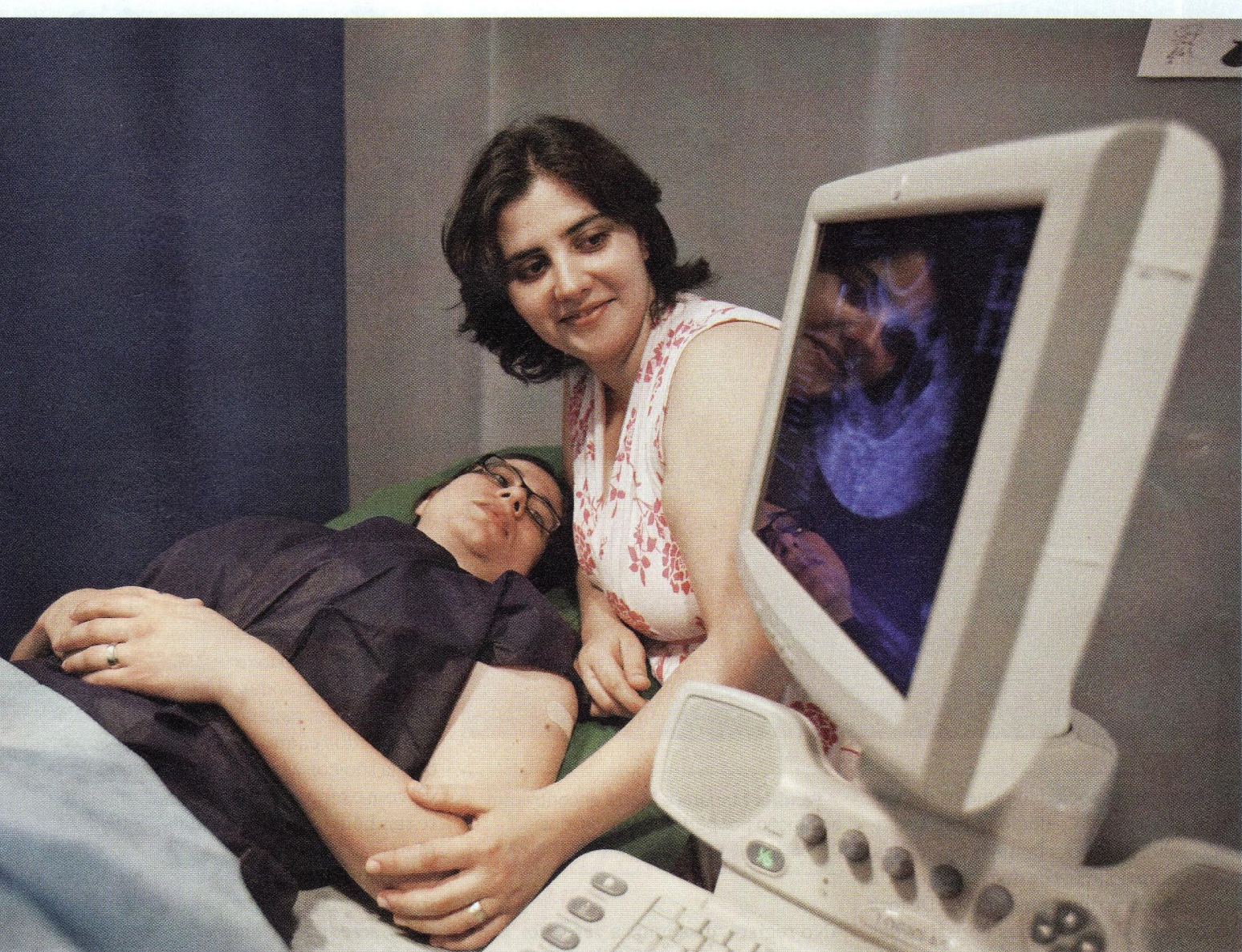
✓ **Duas mães** «A Marta é tão mãe como eu. Neste momento, a única diferença é que posso dar de mamar e ela não. Mas um pai também não dá de mamar, não é? O Matias não tem o sangue dela, mas os filhos adotivos também não têm e não são menos filhos por isso», defende Mariana

sobre a criança. Para Marta, este bebé é seu também: «Foi como se eu tivesse estado grávida.»

Juntas desde 2005 e casadas há um ano, Mariana e Marta não percebem porque podem ter tudo em comum menos o filho que ambas planearam e em que ambas investiram. Matias nasceu depois de Mariana ter feito fertilização *in vitro* numa clínica em Barcelona; cada uma das suas mães já se tinha submetido a duas inseminações artificiais. Chegou depois de muito planeamento, muitas poupanças e mais de 11 mil euros gastos. «No início, ainda considerámos pedir a um amigo, há quem faça isso, sai muito mais barato. E tentámos... Mas depois começámos a pensar que uma terceira pessoa na relação já era de mais», conta Mariana.

Desde 2010 que, em Portugal, os homossexuais se podem casar no civil. Nestes últimos três anos, viveram com os mesmos direitos conjugais que os casais heterossexuais. No entanto, quando a lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovada na Assembleia da República, ficou por legalizar a adoção de crianças por casais homossexuais e a possibilidade de duas mulheres ou de

**EM PORTUGAL,
OS HOMENS NÃO
PODEM RECORRER A
BARRIGAS DE ALUGUER
E AS MULHERES
SOLTEIRAS OU
CASADAS COM OUTRAS
MULHERES NÃO SE
PODEM SUBMETER
A INSEMINAÇÕES
ARTIFICIAIS**



dois homens poderem ser ambos as mães ou os pais de uma criança. Para gays e lésbicas que querem ter filhos, resta-lhes resolver a questão lá fora – cá dentro, os homens não podem recorrer a barrigas de aluguer e as mulheres solteiras ou casadas com outras mulheres não se podem submeter a inseminações artificiais.

Para Marta, não ser legalmente reconhecida como mãe de Matias será uma situação temporária. «No dia a dia, não sinto essa fragilidade. Mas, se quiser ter direito a baixa por o meu filho estar doente, por exemplo, sei que não tenho. Ou se quiser viajar com ele, a Mariana tem de autorizar. Isso coloca-me em desvantagem», nota. «Tenho esperança de que um dia isto mude. Mas para mim é só um papel. O importante é tratar dele diariamente», acrescenta Marta, surda, que encontrou a sua «metade», como chama a Mariana, dentro da comunidade de surdos em que ambas são professoras. Nem Marta se sente uma mãe de segunda nem a sua família vê Matias como um estranho. O apoio familiar que têm recebido é um grande suporte do crescimento da

criança. «Quando contámos que eu estava grávida, a avó da Marta, que é uma senhora com 90 anos, disse ‘Oh, vou ter um bisneto’», recorda Mariana, emocionada.

MÃE DE PRIMEIRA E MÃE DE SEGUNDA

A deputada do Partido Socialista Isabel Moreira pretende apresentar, em breve, na Assembleia da República, uma proposta de lei de coadopção por parte do cônjuge que dê aos casais homossexuais os mesmos direitos que têm os heterossexuais. Pelo menos, sublinha a socialista, esse estatuto evitará situações em que, depois da morte de um dos membros de um casal do mesmo sexo, o outro se veja privado dos seus direitos como mãe ou como pai. «Tem em vista, sobretudo, o interesse das crianças, por isso penso que atravessará todas as ideologias... É um facto consumado: estas famílias estão aí, existem», defende Isabel Moreira.

Quando foi chumbada, na Assembleia da República, a proposta de adoção plena por parte de casais de pessoas do mesmo sexo, o psicólogo Pedro Costa apresentou um parecer que refutava os argumentos dos deputados que se opuseram. Então, apresentou resultados de estudos psicológicos e sociológicos internacionais que têm mostrado não existir diferenças entre as crianças que crescem em famílias hetero ou homoparentais. «Não há um motivo psicológico ou social para impossibilitar que estas famílias tenham filhos e que estes filhos sejam perfeitamente ajustados», defende o psicólogo. «Neste momento, em Portugal, existem mães de primeira e mães de segunda, porque uma delas não é reconhecida como tal. E, na verdade, a criança não faz essa distinção.»

Os estudos que agora ocupam Pedro Costa no seu doutoramento na Unidade de Investigação em Psicologia e Saúde do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, têm a ver com a forma como nascem as atitudes negativas em relação a estas famílias e de que forma pais e filhos se



OS DEFENSORES DOS DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS ACREDITAM QUE, QUANDO A VERGONHA DESAPARECER, TALVEZ SE DESCUBRA QUE JÁ EXISTEM EM PORTUGAL MILHARES DE FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS

adaptam numa sociedade que os descremina. Até agora, o psicólogo tem trabalhado sobretudo com famílias planeadas, ou seja, com dois pais ou duas mães que, já juntos, tiveram filhos em comum. De fora estão, para já, as famílias constituídas com filhos de casamentos heterossexuais anteriores.

O psicólogo começa a tirar as primeiras conclusões: «Os projetos de parentalidade são muito amadurecidos e muito falados no casal, e demoram muito tempo devido aos impedimentos sociais e legais. Para realizar esse desejo, o casal antecipa as dificuldades que vai encontrar. E, depois, com as crianças, começa a introduzir a questão muito cedo, a falar-lhes sobre a diversidade de famílias, de pessoas, de orientação sexual.»

Curiosamente, sublinha Pedro Costa, as dificuldades em sociedade acabam por ser muito menores do que aquilo que os casais homossexuais temiam antes de serem pais ou mães. Marta e Mariana são exemplo disso. Matias nasceu num hospital público de Lisboa e, garantem as mães, quase todos os profissionais de Saúde que se cruzaram com elas as trataram com respeito. Ser um casal de lésbicas com um bebé apenas lhes tem trazido problemas burocráticos. Mas acabam sempre por encontrar compreensão em quem se cruza com elas – mesmo que legalmente, em Portugal, uma criança não possa ser filho de pai anónimo nem possa ter duas mães.

/ Família Mariana e Marta encontraram aceitação por parte da família, dos profissionais de saúde e até do tribunal

«No registo, dissemos a verdade: ‘Ele é nosso, fizemo-lo por fertilização *in vitro*, em Espanha, por isso, não podemos mesmo saber quem é o pai biológico’. E a senhora do registo comentou: ‘Pois é, isto não faz sentido, a justiça vai ter que mudar para corresponder a estas novas situações’», conta Mariana. Uma cena que se repetiu, mais tarde, quando foi chamada a tribunal para justificar a ausência de um pai. «No tribunal, a senhora teve exatamente a mesma reação: ‘E a primeira vez que me aparece uma situação assim, é preciso mudar alguma coisa na lei’.»

Quando terminar a licença de maternidade, Mariana há de deixar Matias numa creche durante o dia. Como sempre fazem, as duas mulheres não esconderam serem um casal. «As pessoas reagem naturalmente... Às vezes, não sei porque se diz que a sociedade não aceita, porque, na nossa experiência, a percentagem que não aceita é mesmo muito pequenina.»

Esconderem-se ou deixarem de assumir o que são nunca foi opção. Antes pelo contrário. Para estas duas mulheres, é importante dar a cara para que ninguém se esqueça de que existem famílias como a delas. «Só temos felicidade e amor para passar a esta criança. Por isso, se ele tiver

problemas, não vai ser de nós, vai ser das outras pessoas que têm minhoquinhas na cabeça e lhe vão passar isso. Cada vez mais as famílias são todas diferentes. Há uns anos, também fazia confusão haver casais divorciados e famílias mistas e, hoje em dia, já são coisas normais. Acho que isto vai com o tempo. Atualmente, ser diferente também já não é anormal», considera Mariana.

Mesmo não havendo ainda números sobre as famílias homoparentais em Portugal, acredita-se, dentro da comunidade homossexual, que elas sejam muitas mais do que as poucas centenas que se costumam juntar nos encontros promovidos pelas associações gays, como as Famílias Arco-Íris, da Ilga. Quando a vergonha desaparecer, talvez se descubra que já existem em Portugal milhares de famílias constituídas por dois pais ou duas mães, acreditam os ativistas.

ATRAVessar a FRONTEIRA

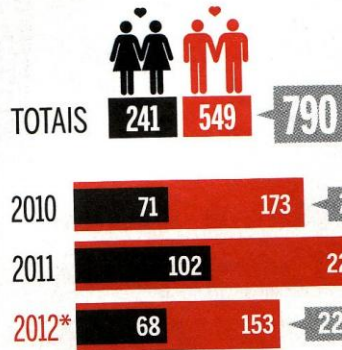
Num pequeno consultório do Instituto de Reprodução Cefer, em Barcelona, a ginecologista Flor Molfino troca o seu habitual catalão por um inglês hesitante e algumas palavras em castelhano. À sua frente, a portuguesa Elisabete Ferreira está decidida a ser mãe aos 26 anos. Quer fazê-lo com os óvulos da sua mulher Luísa, sete anos mais velha, e que agora lhe dá a mão, enquanto ouvem a explicação do processo de inseminação artificial com fertilização *in vitro* a que ambas se vão submeter.

Elisabete e Luísa Ferreira conheceram-se e apaixonaram-se há mais de três anos, casaram-se há um ano e meio e querem agora alargar a família. É a segunda vez que viajam até Espanha e visitam a

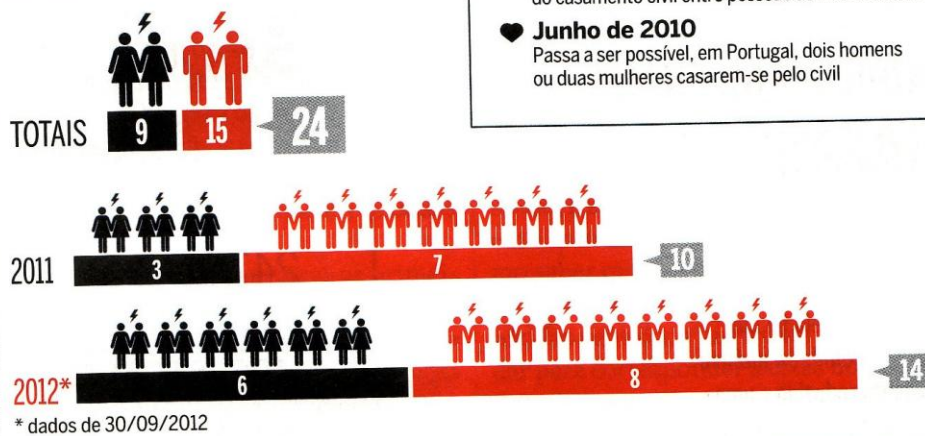
Famílias arco-íris

Passo a passo, gays e lésbicas foram vindo legitimados os seus direitos. Em Portugal, é possível duas pessoas do mesmo sexo casarem-se, no civil, desde 2010. Lá fora, há países que, há muito, legalizaram também a adoção de crianças por casais homossexuais

CASAMENTOS



DIVÓRCIOS



CASAMENTO E ADOÇÃO



CRONOLOGIA

- ♥ **2001** Portugal reconhece a união civil (união de facto) entre pessoas do mesmo sexo
- ♥ **2005** A ILGA Portugal lança uma petição de apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo
- ♥ **2006** É reconhecido a casais do mesmo sexo o direito à obtenção da nacionalidade portuguesa por parte do cônjuge em união de facto com um cidadão português, tal como para efeitos de assistência a funcionários do Estado (ADSE)
- ♥ **2009** É lançado o MPI – Movimento Pela Igualdade no Acesso ao Casamento Civil **movimento pela igualdade**
- ♥ **8 de janeiro de 2010** A Assembleia da República aprova o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e reprovava a possibilidade de adoção de crianças por parte de casais homossexuais
- ♥ **11 de fevereiro de 2010** A lei do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é aprovada na especialidade
- ♥ **17 de maio de 2010** Mesmo contra vontade, o Presidente da República, Cavaco Silva, promulga a lei do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo
- ♥ **Junho de 2010** Passa a ser possível, em Portugal, dois homens ou duas mulheres casarem-se pelo civil



clínica de reprodução assistida. Antes de aqui chegarem, seguiram as duas um calendário preciso de medicação para sincronizar os seus ciclos menstruais. Enquanto Elisabete preparou o útero para receber os óvulos da companheira, Luísa fez estimulação ovárica para aumentar a produção de óvulos.

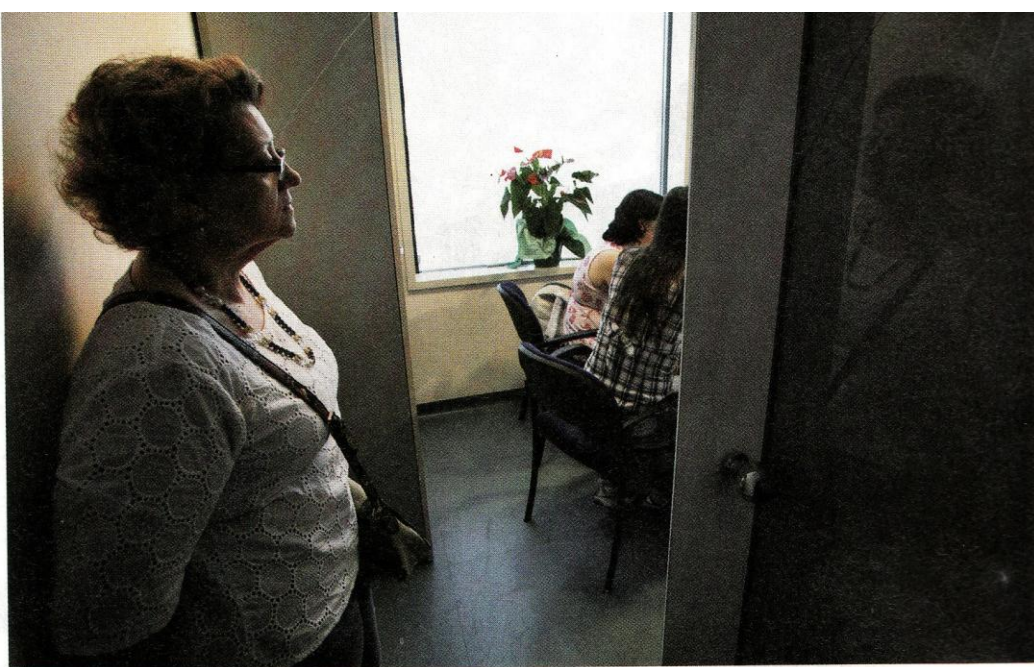
Hoje é dia de ecografia, fundamental para avaliar a altura certa para extrair os óvulos do útero de Luísa, de modo a serem fecundados clinicamente pelo esperma de um dador anónimo e, depois, implantados no útero de Elisabete. O Instituto Cefer batizou este processo de Ropa, nome que se refere à possibilidade de uma mulher receber óvulos da companheira – uma técnica possível em Espanha, desde que, em 2005, a lei passou a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoção por casais homossexuais. «Este filho será biologicamente das duas, porque uma porá o material genético e a outra levará a cabo a gravidez e fará o parto», explica a ginecologista.

Nem Filomena Sá, mãe de Elisabete e obstetra em Lisboa, pensou alguma vez que isto fosse possível. É ela a médica do casal e veio com as duas a Barcelona. Segue, atenta, a consulta da filha e da nora e tem sido um apoio fundamental. «Hei de ser eu a fazer o parto da minha filha e a primeira a pegar no meu neto», dissera, entusiasmada, na véspera.

Com o processo Ropa, o Cefer garante uma taxa de sucesso entre os 40% e os 50% em mulheres com menos de 35 anos. As hipóteses de engravidar dependem sempre da idade da dadora, mas normalmente as mulheres que recorrem à técnica não têm antecedentes de infertilidade. Há vários anos que o instituto catalão trabalha com técnicas de inseminação artificial, fecundação *in vitro* e doação de óvulos. Ali têm chegado mulheres de Espanha, mas também de Itália, França e Portugal, sobretudo, em busca de soluções que não encontram nos seus países.

Além do laboratório de embriologia, que monitoriza os embriões e faz as fecundações *in vitro*, o Cefer tem também um laboratório onde se estuda e controla a doação de esperma. Ali, apenas 13% dos homens que se candidatam são aceites como dadores, porque até uma simples miopia é motivo de rejeição – e, segundo a lei espanhola, um dador pode originar apenas seis gravidezes, para evitar, mais tarde, o risco de consanguinidade entre

ESTUDOS PSICOLÓGICOS E SOCIOLÓGICOS INTERNACIONAIS TÊM MOSTRADO NÃO EXISTIR DIFERENÇAS ENTRE AS CRIANÇAS QUE CRESCEM EM FAMÍLIAS HETERO OU HOMOPARENTAIS



/ Amor de mãe Filomena Sá, mãe de Elisabete e sogra de Luísa, é obstetra e tem sido um grande apoio para o casal

duas pessoas nascidas de um processo de inseminação artificial. A esmagadora maioria dos dadores do instituto são jovens universitários, entre os 18 e os 29 anos. Todas as suas características são estudadas e catalogadas, até porque os casais podem escolher algumas delas.

A IMPORTÂNCIA DO PAPEL

«Quero acreditar que não vivo num país em que, sendo casada, se alguma coisa acontecesse a uma de nós, um tribunal tivesse o descaramento de invadir a nossa vida privada e familiar. Enquanto a lei não mudar e não houver, em Portugal, uma lei de coadoção para casos como o nosso, ninguém pode ficar tranquilo. Nem eu nem outras pessoas que se interessam pelos direitos humanos e que defendem os valores de família.» É Luísa quem o diz, convicta de que esta é uma questão que deve ser resolvida em breve.

Deixarem de ser mães por serem lésbicas nunca foi uma hipótese para elas. Terem agora um filho é a continuação natural da vida a duas que começaram há mais de três anos, quando se conheceram num projeto da Rede Ex-Aequo, uma associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes. Antes do casamento entre pessoas do mesmo sexo ser permitido em Portugal, já as duas viviam juntas e, pouco depois de aprovada a lei, deram mais um passo em frente: a 23 de abril de 2011, mudaram, orgulhosamente, o seu estado civil.

«Em termos sociais, é diferente referir-nos uma à outra como sendo casadas. As pessoas olham para nós e para a nossa família de uma maneira diferente», acredita Luísa. «O simbolismo e o peso das palavras são coisas importantes em Portugal. É como se o facto de termos

mesmo casado tivesse trazido mais legitimidade ao nosso relacionamento aos olhos das outras pessoas. Para nós, é um papel, mas acaba por ser um papel com um certo peso.»

Quando Luísa e Elisabete se casaram, também mudaram os nomes, porque, acreditam estas mulheres, mais vale prevenir do que remediar. Luísa recebeu dois apelidos de Elisabete e esta adotou os apelidos da mulher como os seus últimos. Assim, defendem, quando tiverem filhos, nasçam de quem nascerem, terão sempre todos os mesmos apelidos. As explicações a dar aos futuros filhos são, aliás, tema de conversa, mas não lhes tiram o sono.

«Vamos contar-lhes como nos conhecemos, mostrar-lhes as fotografias do nosso casamento e dizer-lhes que foram crianças muito desejadas, muito planeadas. Vamos dizer-lhes que estão cá porque houve duas pessoas que se amam muito e que não conseguiam imaginar a sua vida sem filhos. E que são frutos desse amor», diz Luísa, decidida. Elisabete há de acrescentar: «Só o facto de explicarmos que cada pessoa é diferente e que há vários tipos de famílias, de religiões, de raças, já prepara a criança para estar bem com essa diversidade, não é? Porque, muitas vezes, o preconceito e a homofobia vêm do desconhecimento da situação. Se, para a criança, for uma coisa perfeitamente normal, ela não vai achar estranho haver outras pessoas com outros tipos de famílias.»

À falta de uma figura masculina em casa, uma das acusações frequentes

quando se fala de famílias homoparentais de lésbicas, respondem sem preocupações. «Aos 7 anos, quando os meus pais se divorciaram, vivi só com a minha mãe, não tinha a referência do meu pai sempre presente, mas tive outras referências, de professores na escola, do mestre de karatê... Tenho três irmãos e a criança vai ter outras referências masculinas que não têm obrigatoriamente que vir de mim ou da Luísa», defende Elisabete.

SER UMA FAMÍLIA

Elisabete e Luísa aterraram em Barcelona cheias de esperança de conseguir concretizar o sonho de serem mães. Não foi fácil aqui chegar. A decisão implicou um pedido de empréstimo de 8 500 euros, a três anos, para pagar a inseminação, as viagens, os alojamentos, a medicação. Estar longe de casa e ter que falar uma língua estrangeira também não ajuda. Por razões biológicas óbvias, a parentalidade é sempre muito mais complicada para um casal homossexual. Se o casamento já foi uma vitória, ser pai ou ser mãe é uma batalha ainda maior. Por isso, é maior também a dor quando se descobre que a gravidez não aconteceu. Para Elisabete e Luísa, o resultado negativo nas análises chegou quando já estavam em casa.

Por estes dias, gerem os sentimentos de derrota e frustração como sabem e podem. Elisabete, enfermeira numa maternidade, confronta-se diariamente com os bebés dos outros, mas refugia-se no karatê; Luísa empenha-se em terminar o curso de gestão e produção de cozinha. Não vão desistir, garantem. Vão recomeçar a juntar dinheiro para, um dia, tentar de novo. Não se cansam de dizer: já são uma família e serão, um dia, uma família com filhos. ▀